



foto: João Roberto Basul

PELAS VEREDAS DA HISTÓRIA DO PAISAGISMO

ALONG THE PATHS OF LANDSCAPE ARCHITECTURE HISTORY

A LO LARGO DE LOS CAMINOS DE LA HISTORIA DEL PAISAJISMO

EIXO TEMÁTICO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E CRÍTICA

SILVA, Tania Knapp da

Mestranda em história da arquitetura e do urbanismo; FAU-USP
email: taniaknapp@usp.br

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) -
Código de Financiamento 001

RESUMO

O presente artigo analisa e elabora reflexões a respeito da história do paisagismo a partir de três aspectos: consolidação da profissão, formação no ensino superior e pesquisa no campo da história. Para tanto se assume como referência o quadro geral brasileiro e percorrem-se paralelamente três veredas distintas da história do paisagismo em contextos nacionais distintos. Em cada vereda são apresentadas as características dos três aspectos de análise que servirão de subsídio para a discussão de textos recentes a respeito da história do paisagismo. Espera-se com isso contribuir para o debate de como a(s) história(s) do paisagismo pode ofertar novos subsídios na compreensão da história da arquitetura e do urbanismo.

PALAVRAS-CHAVE: paisagismo. história. ensino. pesquisa.

ABSTRACT

This article analyzes and elaborates reflections on the history of landscape architecture from three aspects: consolidation of the profession, training in higher education and research in the field of history. To this end, the Brazilian general framework is taken as reference and three distinct paths of the history of landscape architecture are traversed in different national contexts. In each path, the characteristics of the three aspects of analysis are presented that will serve as a basis for the discussion of recent texts regarding the history of landscape architecture. This is expected to contribute to the debate on how the landscape architecture history(s) can offer new insights in the understanding of the architecture and urbanism history.

KEYWORDS: landscape architecture. history. education. research.

RESUMEN

Este artículo analiza y elabora reflexiones sobre la historia del paisajismo a partir de tres aspectos: consolidación de la profesión, formación en educación superior e investigación en el campo de la historia. Para este fin, se toma como referencia el marco general brasileño y se atraviesan tres caminos distintos de la historia del paisajismo en diferentes contextos nacionales. En cada camino, se presentan las características de los tres aspectos del análisis que servirán de base para la discusión de textos recientes sobre la historia del paisajismo. Se espera que esto contribuya al debate sobre cómo la (s) historia (s) del paisajismo puede ofrecer nuevos subsidios en la comprensión de la historia de la arquitectura y el urbanismo.

PALABRAS-CLAVE: paisajismo. historia. educación. investigación.

INTRODUÇÃO

Este artigo partiu de uma inquietação crescente a respeito do paisagismo surgida aos poucos e se esgueirando à superfície. Uma inquietação pessoal e informe, sem referências. Pois o paisagismo, no imaginário do senso comum e mesmo entre alguns colegas de profissão da arquitetura e do urbanismo, significa “dispor umas árvores e plantas no espaço”. Em que pese este imaginário ser povoado de figuras importantes, como Roberto Burle Marx (para citar o mais conhecido), no debate geral da arquitetura e do urbanismo a discussão do paisagismo tende a ser marginal. Tal redução esvazia a potência criadora de mundos propiciados pelo paisagismo ao longo do tempo. Pois, se é verdade que jardins e outras tipologias verdes podem se caracterizar pela presença de árvores e plantas, também é verdade que as espécies, seu ordenamento, disposição, uso, além dos aspectos técnicos e tectônicos ou simbólicos e artísticos, são produto de uma dada sociedade, no espaço-tempo que reflete concepções de mundo — tal e qual a arquitetura e o urbanismo. Apresento as veredas em curso e inconclusas, esperando que elas possam convergir em diálogos. Distingo a inquietação em três aspectos:

1. A profissão de paisagista, no Brasil, ainda possui pouca regulamentação, além disso, suas entidades representativas são mais divergentes que convergentes sobre o assunto, enfraquecendo seus respectivos esforços;
2. A formação do [arquiteto] paisagista, no Brasil, é relativamente recente no ensino superior e disputa espaço na grade curricular dos programas. O curso de paisagismo tende a ser restrito, reduzido e marginal na graduação de arquitetura e urbanismo, ou seja, no interior da própria formação profissional falta compreensão de seu valor e função social;
3. A pesquisa em paisagismo, especialmente aquela dedicada à história do paisagismo, também padece do isolamento, restrição e certa invisibilidade no interior dos campos da história da arquitetura e do urbanismo;

Tais aspectos delineiam o que proponho como quadro geral brasileiro de referência, nosso chão comum de largada para seguir pelas veredas da história do paisagismo propostas. Se por um lado, não interessa discutir ou apontar “responsáveis” pelo exposto, por outro, as relações imbricadas dos três são indicadores da posição isolada ou marginal que o paisagismo ocupa em diferentes arranjos sociais e institucionais demandando uma discussão de conjunto. Propõe-se colocá-los em perspectiva histórica para refletir nos rumos futuros. Essas impressões encontram ressonância e correspondência na bibliografia consultada, nas normas e legislações referentes à atribuição e regulação profissional, no exame dos currículos dos cursos de graduação de arquitetura e urbanismo e nos debates do Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo nas Escolas de Arquitetura e Urbanismo (ENEPEA).

Ilustra bem a pouca regulamentação da profissão de paisagista no país a persistência de conflitos de quais profissionais podem exercê-la, representada pelo PL 2043/2011 de autoria do deputado federal Ricardo Izar (PV/SP) que tramitou na câmara dos deputados e gerou

polêmica entre entidades representativas da profissão¹. A Associação Nacional de Paisagismo (ANP) era favorável ao PL e mantém campanha de abaixo-assinado, denominada “Movimento pela Regulamentação Profissional”, em seu site. Já a Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas (ABAP) foi contra e em nota de repúdio ao PL ressaltou as contradições à Lei do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e os equívocos conceituais ao igualar formações profissionais distintas. Para nossa reflexão isto basta, mas é inegável a necessidade de maiores debates acerca desse aspecto.

Uma vez que o exercício do paisagismo ainda constitui arena de disputa entre formações profissionais distintas, defino a partir daqui um recorte de qual paisagista me refiro: o bacharel em arquitetura e urbanismo que atua principalmente em projetos e serviços relativos aos espaços livres de edificação. A próxima seção destaca como e quando a profissão de paisagista se consolidou no país e sua relação com a introdução do ensino de paisagismo nos cursos de arquitetura e urbanismo. Como indicador do segundo aspecto, a restrição e marginalidade do paisagismo no ensino, o exame da grade curricular de cinco faculdades de arquitetura e urbanismo do país nos dá um parâmetro². Em média as disciplinas específicas de paisagismo na graduação representam 13% da carga horária, no entanto este percentual varia entre 2 e 28% e inclui todas as disciplinas oferecidas, obrigatórias e eletivas. A proporção reduz drasticamente ao considerar apenas as matérias obrigatórias de cada curso. Destas, imperam as disciplinas de projeto e atelier.

Quanto ao quadro de referência de pesquisa e seu isolamento em relação aos campos afins da história da arquitetura e do urbanismo, considere discussões presentes no ENEPEA, pesquisas no campo da história do paisagismo e a verificação da bibliografia de referência de autores dos campos da história da arquitetura e do urbanismo. De um lado, o primeiro curso de pós-graduação em arquitetura e urbanismo integrava todas as pesquisas em um único programa denominado “Estruturas Ambientais Urbanas”, por outro lado, as pesquisas vinculadas ao “Grupo de Disciplinas de Paisagem e Ambiente (GDPA)” estavam mais comprometidas com

¹ A Câmara dos deputados aprovou parecer na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania em julho de 2019, tendo sido apresentado recurso em agosto do mesmo ano e consta como última ação legislativa. O teor do recurso nº 34 contra a apreciação conclusiva do PL 2043/2011 que “regula o exercício da profissão de paisagista e dá outras providências” destaca a inconsistência de seus artigos 3º e 7º, pois os profissionais devem inscrever-se em seus respectivos Conselhos profissionais, a despeito de algumas formações profissionais não o possuírem, como as artes plásticas ou ainda dos graduados em paisagismo, escolas de arquitetura da paisagem ou composição paisagística, faltando-lhes diretrizes éticas comuns. O recurso aponta ainda para a inconstitucionalidade do artigo 3º do PL que viola o artigo 5º, inciso XIII, da CF, “ao instituir limitações e vedações ao exercício profissional por terceiros” o que configura reserva de mercado. A resolução nº 51 do CAU/BR, que define que as atividades de projeto de arquitetura e recuperação paisagística são atribuições exclusivas de arquitetos urbanistas, também esteve sob discussão na Câmara após pedido de sua suspensão através do decreto legislativo 901/18 e do PL 9818/2018, que questionam a prerrogativa do CAU de atribuir atuações privativas dos arquitetos e urbanistas, não só em relação ao exercício da profissão de paisagista, como também o ensino de história tanto de arquitetura e urbanismo, como paisagismo. Fontes:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1784886&filename=REC+34/2019
<https://transparencia.caubr.gov.br/resolucao51/> e <https://www.camara.leg.br/noticias/607483-profissionais-tentaram-acordo-sobre-resolucao-do-conselho-de-arquitetura-e-urbanismo/> último acesso em 22/04/2020.

² Os cinco cursos de arquitetura e urbanismo melhor avaliados pelo Ranking Universitário da Folha de São Paulo de 2019 foram das seguintes instituições: USP, UFMG, UFRJ, UFRGS e UnB, optou-se por esse método de avaliação em detrimento do utilizado pelo MEC, pois considera duas pesquisas de opinião do Datafolha além dos parâmetros de ensino, internacionalização e mercado.

análises relativas à urbanização e à paisagem do que com a construção do campo de pesquisa da história do paisagismo³ (GALENDER, 2003; MAGNOLI, 2004; SANDEVILLE JR., 2004).

No balanço geral, contrastando as pesquisas de história do paisagismo com o que a historiografia da arquitetura e do urbanismo produziu no último século observei a falta de autonomia da primeira enquanto campo de pesquisa que raramente serve de referência aos outros campos. Sustento que ao incluir o paisagismo como (outro) protagonista da história, este revela outras chaves de interpretação da história da arquitetura e do urbanismo. A consolidação da profissão, o ensino e pesquisa em paisagismo auxiliam a circunscrever a história do paisagismo em contextos nacionais distintos e refletem a(s) história(s) do paisagismo, seus modos de fazer, suas aproximações disciplinares e suas tradições historiográficas.

CADA VEREDA, UM DESTINO: PROFISSÃO, ENSINO E PESQUISA DO PAISAGISMO

No Brasil o paisagismo se caracteriza por surgir como atividade profissional em meados do século XIX sem ter sido acompanhado pelo desenvolvimento do ensino da profissão, que oficialmente ocorreu quase um século depois⁴. O desenvolvimento profissional se iniciou com a chegada da família real que convidou Auguste François Marie Glaziou, em 1858, a atuar como Diretor Geral de Matas e Jardins no Rio de Janeiro (TERRA, 1993). A vinda de paisagistas franceses ao Brasil e América Latina foi importante para a formulação do paisagismo do continente entre os séculos XIX e XX (DOURADO, 2008). A partir da segunda década do século XX outras vertentes marcaram o desenvolvimento do paisagismo denominado moderno, por exemplo, com Mina Klabin Warchavchik, paisagista autora dos jardins das casas projetadas pelo seu marido, Gregori, inserindo plantas tropicais pela primeira vez nesse contexto (SANDEVILLE JR., 2003; PERECIN, 2003).

Outro paisagista importante no desenvolvimento tanto da profissão como do ensino do paisagismo no Brasil foi Roberto Coelho Cardozo, paisagista norte-americano formado pela Universidade de Berkeley, Califórnia. Cardozo foi o primeiro professor de paisagismo da FAUUSP, contratado em 1952, formando uma geração de arquitetas-paisagistas importantes que mais tarde contribuíram para uma maior visibilidade e organização profissional e nos avanços em relação ao ensino e pesquisa, representada respectivamente por Rosa Grena Kliass e Miranda Martinelli Magnoli (TAMARI, 2017)⁵. No mesmo período, no Rio de Janeiro, Roberto Burle Marx e Wit-Olaf Prochnik ministraram um curso de paisagismo para arquitetos na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Brasil (atual UFRJ) em 1954 (BARRA, 2006; FERREIRA, 2012)⁶.

³ Refiro-me ao Programa de pós-graduação da FAU-USP instituído em 1972. Inferi a tônica das pesquisas a partir do levantamento de cerca de 60 pesquisas vinculadas ao GDPA entre 1973 a 2003 realizado por Galender (2004), embora haja aproximações com a história e seus métodos em alguns, como Bartalini (1999) e pesquisas em história do paisagismo sem vínculo direto com o GDPA, como Segawa (1994).

⁴ Considerei apenas o marco do ensino superior, isso não significa que durante esse tempo não houvesse modos de aprender a profissão, seja o aprendizado autodidata, seja estudando no exterior.

⁵ Cardozo, recém-chegado ao país, foi convidado pelo diretor da faculdade, Luiz Ignácio de Anhaia Mello, após Francisco Prestes Maia declinar do convite (TAMARI, 2017, p. 47). A FAUUSP foi fundada em 1948.

⁶ O curso fez parte do programa de pós-graduação, uma especialização em urbanismo, a permanência de Burle Marx como docente se restringiu a um ano. Há dúvidas sobre a continuidade do curso após sua saída.

Com as contribuições de Miranda Magnoli, a partir dos anos 1970, o ensino e compreensão do paisagismo no país experimentou uma ruptura radical, ao recuperar o espaço da disciplina na FAU, inserindo a disciplina no curso básico, montando uma equipe de professores e assistentes e fomentando pesquisas de pós-graduação (MAGNOLI, 2004; MACEDO, 2006; TAMARI, 2017)⁷. Pouco depois da organização das pesquisas do GDPA do recém-criado programa de pós-graduação, a ABAP foi fundada em 1976, por iniciativa de Rosa Kliass, outro nome determinante do paisagismo brasileiro. Paralelamente, em 1972, foi criado o Bacharelado em Composição Paisagística na Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro (UFRJ), oferecendo, por um lado, uma formação específica e por outro, contribuiu indiretamente para a indefinição da formação profissional, permanecendo por muitos anos sem reconhecimento do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) (BARRA, 2006).

Apesar dos esforços de ensino e pesquisa em paisagismo há décadas, o campo da história do paisagismo ainda está em formação, tendo surgido os primeiros trabalhos já no fim da década de 1980 e início dos 1990 (SILVA, 2016, p. 17-18), como por exemplo, as pesquisas de Carlos Terra (1993) e Hugo Segawa (1994). Considerando os três aspectos de referência, essa vereda da história do paisagismo será retomada na próxima seção.

A constituição do paisagismo nos Estados Unidos ocorreu em período semelhante, considerado o fundador do paisagismo americano e responsável por consolidar a profissão no país, Andrew Jackson Downing publicou o livro *A Treatise on the Theory and Practice of Landscape Gardening* em 1841 (WALDHEIM, 2014, p. 188) e editou a revista *The Horticulturist Magazine* (1841-52). Entretanto, diferente do Brasil, Downing não era um estrangeiro atuando no país a convite de um rei. Ao contrário, como filho de um viveirista aprendeu o ofício do pai e se estabeleceu como paisagista escrevendo sobre botânica e jardinagem em jornais e revistas da época (EIGEN, 2014), isso em um país independente e com relativa estabilidade política.

No fim do século XIX a organização da profissão e a formalização do ensino superior estavam instituídas com a fundação da Sociedade Americana de Arquitetos e Paisagistas⁸ (*American Society of Landscape Architects*, ASLA) em 1899 e o estabelecimento do primeiro curso de arquitetura paisagística, abrigado ao lado do curso de arquitetura na escola científica Lawrence de Harvard, como uma profissão liberal e de arte, em 1900 (WALDHEIM, 2014, p. 190). Portanto, o ensino da profissão de paisagista nesse país surgiu independente da arquitetura, embora se filie em seu campo disciplinar.

A formalização de cursos de pós-graduação data de meados do século XX. Após a reestruturação do curso de paisagismo formulado por Ian Mcharg, a Universidade de Pennsylvania instituiu, em 1957, um departamento independente oferecendo bacharelado, e

⁷ Relatos indicam que Roberto C. Cardozo não demonstrava interesse na carreira acadêmica, ou mesmo de organizar um quadro de professores para a disciplina, a partir da reestruturação do curso nos anos 60 e a exigência crescente de professores titulados Cardozo foi se isolando até sair do cargo e do país (MACEDO, 2006; SILVA, 2006; TAMARI, 2017). O curso de paisagismo da FAUUSP hoje em dia possui três disciplinas obrigatórias de paisagismo e pelo menos doze eletivas.

⁸ Em seu ano de fundação 11 membros integravam a ASLA, dos quais se destaca: John Charles Olmsted, o primeiro presidente da associação, Frederik Law Olmsted Jr., Downing Vaux, filho de Calvert Vaux e Beatrix Farrand, paisagista de jardins públicos de destaque como da Casa Branca. Fonte: <https://www.asla.org/> (último acesso em 22/04/2020).

mestrado em paisagismo para arquitetos com duração de um ano⁹. Por seu turno, a Universidade de Harvard recebeu uma doação de bens e propriedade, denominada Dumbarton Oaks, em 1940. A instituição de pesquisa de arte bizantina e pré-colombiana incorporou, em 1969 (SILVA, 2017, p. 28-29), o programa de Estudos de Jardim e Paisagem (*Garden and Landscape Studies*, GLS) resultando em pesquisas por bolsistas do mundo todo a partir de 1972. A regulação oficial da profissão se estabeleceu entre 1961 e 1970, quando o Conselho de Registro de Arquitetura Paisagística foi criado pela ASLA e tornou-se uma entidade independente, instituindo um exame para registro da profissão, respectivamente¹⁰.

A formação de paisagistas no território da atual Alemanha se consolidou no século XIX com a fundação da Escola Real de Jardinagem e Horticultura em Potsdam, inaugurada por Peter Joseph Lenné em 1823 a convite do rei da Prússia Frederico Guilherme III (1770-1840). Lenné é reconhecido como um dos grandes patronos do paisagismo na Alemanha¹¹. Entretanto, ao longo do século XIX o ensino não era uma graduação superior, e havia outras formas de atuar na profissão, tanto através de outras instituições de ensino como as escolas de artes e ofícios ou escolas vinculadas ao ensino da agronomia e as politécnicas, quanto pelo desenvolvimento autodidata.

A Associação dos Paisagistas Alemães (*Verein deutscher Gartenkünstler*, VdG) foi a primeira representação da categoria profissional de paisagistas na Alemanha (WOLSCHKE-BULMAHN, 2013, p. 9), fundada em 1887, durante uma reunião dos paisagistas da “escola Lenné-Meyer” por ocasião do décimo aniversário de morte de Gustav Meyer, discípulo de Lenné (STEINMEISTER, 2014, p. 326). Foi a partir da fundação de associações profissionais, como a VdG e mais tarde com a Federação da Arquitetos Paisagistas Alemães (*Bund Deutsche Garten-Architekten*, BDGA) em 1913/14 que o ensino da profissão se estabeleceu como curso superior, a primeira cátedra de paisagismo foi instituída na Faculdade Agrícola de Berlim (*Landwirtschaftliche Hochschule Berlin*) em 1928/29 (DÜMPELMANN, 2014, p. 208,211).

Embora o ensino de paisagismo na Alemanha seja um curso separado da arquitetura e esta do urbanismo, a regulação e o registro profissional são integrados na mesma entidade, a Câmara dos Arquitetos (*Architektenkammer*). A pesquisa tem longa tradição na história da arte que focaliza os jardins em Universidades e Institutos, personalidades como Hermann Muthesius e Alfred Lichtwark publicaram livros teóricos e formularam modelos a respeito do desenvolvimento arquitetônico do jardim em seus aspectos formais nas primeiras décadas do século XX.

⁹ A graduação em paisagismo nessa universidade foi fundada em 1924, no entanto o curso foi suspenso entre 1941 e 1953, quando foi integrado ao departamento de planejamento. O curso de bacharelado não foi mantido por muito tempo. Fonte: <https://www.design.upenn.edu/landscape-architecture/history-landscape-architecture-penn> (último acesso em 22/04/2020).

¹⁰ A atual organização da profissão no país reconhece duas formas de formação: o bacharelado em paisagismo ou o mestrado em paisagismo, para o último, caso a graduação anterior não seja de áreas de projeto existe um mestrado específico que permite a inscrição do exame de registro profissional. Para dedicar-se exclusivamente à pesquisa acadêmica o campo da graduação é irrelevante. Fonte: <https://www.asla.org> (último acesso 22/04/2020).

¹¹ Disponível em: <http://www.peter-joseph-lenne.de/portraet-lenne.html> (último acesso em 28/01/2019).

ENTRE O JARDIM E O PAISAGISMO: QUESTÕES HISTORIOGRÁFICAS

Carlos Terra e Rubens de Andrade¹² defendem o jardim como ponto de partida da história do paisagismo no Brasil, recuperando fontes bibliográficas e historiográficas desde o século XVIII e XIX, como os diários de viagens de artistas e cientistas estrangeiros como, por exemplo, Humboldt, Spix, Martius, Debret entre outros, até adentrar nos estudos produzidos sobre os jardins desde o início do século XX aos dias de hoje. Uma de suas conclusões que interessa discutir é que a “cultura da paisagem parece estar seguramente comprometida e consolidada com a realidade urbana que interpreta o conceito de jardim e sua evolução como elementos inseparáveis da paisagem”¹³ (ANDRADE, & TERRA, 2016, p. 8), ou seja, há uma defesa de uma centralidade do estudo dos jardins para a compreensão da história e a organização das cidades brasileiras (enquanto paisagem).

Na avaliação dos autores a extensa e crescente produção bibliográfica dos últimos 50 anos não produziu a força teórica necessária para tratar do objeto em profundidade, e embora as pesquisas multidisciplinares possam ampliar o objeto, “a despeito das suspeitas que isto não ofereça impulso suficiente para o alcance da autonomia do campo, onde o conceito de jardim pudesse ser trabalhado em um sentido mais estrito do termo”¹⁴ (ANDRADE, & TERRA, 2016, p.7). As primeiras questões que emergem do exame do artigo são: se os aportes teóricos e metodológicos transdisciplinares enriquecem ou empobrecem o conceito de jardim e, se são insuficientes com impulso na direção da autonomia do campo da história do jardim ou da história da arte do jardim, assumindo assim que é desejável sua autonomia. Mas é realmente?

Outra questão diz respeito à proposta do jardim como ponto de partida para uma história do paisagismo no Brasil, e para inquirir a esse respeito apresenta-se a definição do jardim histórico contida na Carta de Florença (1981) como “composição arquitetônica e vegetal que, do ponto de vista da história ou da arte, apresenta, [sic] um interesse público” (ICOMOS, 1981, p. 1), adiante o “a denominação jardim histórico aplica-se tanto aos jardins modestos quanto aos parques ordenados ou paisagísticos” que podem estar ou não ligados a um edifício, estar em ambiente urbano ou rural, artificial ou natural (ICOMOS, 1981, p. 2). Além da definição, a Carta oferece uma interpretação em que expressa a estreita relação entre civilização e natureza, na qual o jardim representa uma “imagem idealizada de mundo [...], mas que dá testemunho de uma cultura, de um estilo, de uma época” (ICOMOS, 1981, p. 2).

Considerando as definições amplas da Carta de Veneza do jardim histórico retoma-se a proposta de admitir o jardim como ponto de partida para uma história do paisagismo no Brasil. Embora não se trate de impor o jardim enquanto patrimônio reconhecido para que possa ser pesquisado (bem ao contrário), importa entender o que é jardim e, por

¹² Docentes da Escola de Belas Artes da UFRJ e integrantes do grupo de pesquisa “História do Paisagismo” na mesma instituição.

¹³ Trecho original em inglês: “This leads us to believe that the [...] *landscape culture* (BERQUE, 1994) seems to be firmly committed and consolidated to an urban reality that interprets the concept of the *garden* and its evolution as essential elements that are inseparable from the landscape.” Itálicos dos autores.

¹⁴ Trecho original em inglês: “[...] despite suspicions that they do not provide the impetus that could lead to the autonomy of this field, where the concept of *garden* could be dealt with in the strictest sense of the term.” Itálicos dos autores.

consequência, o que é paisagismo. Ainda que os termos se irmanem a ponto de se justaporem, não são sinônimos¹⁵. Por exemplo, podem os relatos de Spix e Martius servirem de fonte documental para o campo da história do jardim, quando nenhum jardim enquanto “composição arquitetônica e vegetal” existia no país?

Se aceitarmos a definição acima citada, o jardim é evidência histórica e documental e, portanto, admite ser ponto de partida para a história do paisagismo. Todavia, isso basta para constituir um campo autônomo? Ao recapitular a consolidação da profissão, a instituição do ensino e da pesquisa, é discutível que o objetivo primeiro da história do paisagismo no Brasil seja alcançar autonomia. Dito de outra maneira, se a história tem como meta refletir sobre o passado buscando compreender o presente ou indicar caminhos futuros, ela está vinculada em algum nível com o ensino e este com a profissão. Logo, a pesquisa pode (e deveria) dar parâmetros e subsídios para a prática profissional, sem que para isso seja operativa necessariamente.

Se o ensino ainda disputa espaço e reconhecimento de seus pares e falta regulação profissional, buscar a autonomia da história do paisagismo (que ainda é um campo de pesquisa recente) parece querer furtar-se desse vínculo, o que é legítimo para historiadores do jardim e paisagistas não arquitetos. Assim como a história da cidade é produzida por historiadores, historiadores da arte e historiadores da arquitetura e do urbanismo, a história do jardim e do paisagismo também é passível de ser objeto de outras áreas que não a arquitetura ou o paisagismo. A diferença formativa do pesquisador permite observações e análises mais complexas do objeto, o que indica profundidade teórica de outra natureza, a sistêmica e integrada. Porém, qual seria a contribuição do fazer historiográfico do arquiteto paisagista?

A FORMAÇÃO DO CAMPO E AS AMBIGUIDADES DA IDENTIDADE PROFISSIONAL

Charles Waldheim¹⁶ (2014) problematiza o surgimento da profissão relacionando as diferentes nomenclaturas dadas à profissão em três países (Estados Unidos, Inglaterra e França) com a identidade profissional e o escopo do trabalho, apontando para uma tensão existente entre os dois últimos. Dentre as razões para isso destaca a multiplicidade de posições profissionais: desde a mais tradicional, relacionada ao *landscape gardening* nos melhoramentos rurais até a defesa da paisagem como arte arquitetônica e urbana. Os diferentes escopos de trabalho pronunciam-se por sua relação histórica com a denominação profissional de cada país: *landscape gardener* na Inglaterra, *architect paysagiste* na França e *landscape architect* nos Estados Unidos.

Segundo Waldheim, foi em meados do século XVIII que o poeta e jardineiro William Shenstone cunhou o termo *landscape gardener* e Humphry Repton adotou o termo *landscape gardening* como título dos seus três volumes publicados na virada para o século XIX. Entretanto, geralmente é considerado como origem da identidade profissional moderna o termo francês, creditado ao engenheiro autodenominado *architecte et paysagiste*, Jean-Marie Morel, ainda no século XVIII. O autor ainda destaca que as primeiras publicações em língua inglesa a usarem

¹⁵ O número especial da revista *Studies...* discute em profundidade as escolhas políticas por trás da preponderância das palavras “jardim” ou “paisagem” para designar a profissão (DÜMPELMANN, 2014), bem como as identificações culturais (WALDHEIM, 2014).

¹⁶ Docente na faculdade de design da Universidade de Harvard e diretor do departamento de urbanização.

o termo *landscape architecture* se referiam às construções presentes nas pinturas de paisagem. A mudança de aceção ocorreu em meados do século XIX nos Estados Unidos tendo como personagens centrais Frederic Law Olmsted, Charles Wyllys Elliott e Henry Hill Elliott.

Olmsted viajou para França e visitou inúmeras vezes o *Bois de Boulogne*, com o objetivo de reunir referências para o projeto do Central Park, no entanto, o termo *landscape architect* surgiu nos Estados Unidos mais associado a um projeto de expansão urbana da cidade de Nova Iorque do que a um projeto de parque, praça ou com relação intrínseca com a vegetação.

Apresenta-se assim uma ambiguidade que tanto pode afastar quanto aproximar o paisagismo do jardim, a depender da identidade profissional assumida. A transdisciplinaridade indica uma resposta aos caminhos possíveis que o paisagismo carrega, ainda que isso configure ao mesmo tempo algum ônus teórico para uma autonomia do campo e a riqueza de recortes e interpretações disponíveis. Não se observou paralelo dos avanços historiográficos da história da arquitetura, da cidade e do urbanismo no campo do paisagismo: a despeito de inúmeras publicações e contribuições importantes para a história do paisagismo no Brasil, sua ressonância na formação de paisagistas e sua visibilidade entre colegas de campos afins como o urbanismo e a arquitetura ainda é tímida¹⁷.

Predomina o caráter prático e instrumental das disciplinas de paisagismo nos cursos de graduação; já nas pesquisas acadêmicas de pós-graduação, o campo do paisagismo possui amplitude tal que a história do paisagismo se insere como um dos recortes possíveis, não como campo em si. Se a presença da história do paisagismo não chega a ser nem mesmo operativa na formação profissional, o desenvolvimento de um campo profissional autônomo do historiador do paisagismo, ou se quisermos do historiador do jardim, parece pouco delineado no horizonte.

A organização oficial de paisagistas tardou a ocorrer no Brasil, sendo elaborada mais de duas décadas depois da instauração das primeiras disciplinas de paisagismo nas faculdades de arquitetura. Ou seja, apesar da atuação profissional ocorrer desde o século XIX no país, a formalização do ensino foi posterior. A profissão se caracterizou pela presença de estrangeiros, autodidatas e com formações distintas, o que historicamente implicou em dificuldades ou mesmo desinteresse de regulação.

O encobrimento dos aportes paisagísticos no desenvolvimento da arquitetura e do urbanismo resulta menos de uma simples injustiça do que de leituras e historiografias que tiveram como enfoque privilegiado a matéria edificada. Consequentemente, com a exclusão do paisagismo, parte significativa de seu diálogo com a arquitetura e o urbanismo é clivada, impedindo o vislumbre dos mundos propostos quando esses campos se integram, inclusive aqueles mundos que se projetaram em experiências largamente estudadas como as cidades-jardim ou as *Siedlungen*. Com isso, verifica-se a fragilidade bibliográfica destes campos em relação à história do paisagismo. A historiografia canônica da arquitetura e do urbanismo se desenvolve ao largo

¹⁷ Nota-se pouca referência à bibliografia reunida por Andrade e Terra (2016) nas ementas de disciplinas de paisagismo de diversas faculdades de arquitetura e urbanismo, públicas e privadas. Com exceção dos livros de Silvío Macedo, ao qual justamente os autores atribuem como contrabalanço ao desenvolvimento histórico pelo foco mais iconográfico da pesquisa dos jardins e espaços livres. É comum o paisagismo estar atrelado às disciplinas de urbanismo ou de projeto nos cursos de graduação, o que possivelmente reduz as chances de aprofundar questões históricas.

dos estudos de paisagismo, com raras menções à bibliografia especializada e reiterando análises sem maiores desenvolvimentos¹⁸.

Nota-se assim a importância da organização profissional, da formulação de seu escopo e identidade, do espaço de reflexão e troca de experiências, seja em publicações técnicas, sejam nos encontros profissionais. Assim surge a demanda pela educação formal do profissional, com coesão institucional capaz de se articular para isso.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rubens de; TERRA, Carlos G. "A historiography on gardens of Brazil". **Ornamental Horticulture**, v 22, n 1, pp. 7-19, 2016.

BARRA, Eduardo. "Paisagistas brasileiros: formações e formatações profissionais". **Paisagem Ambiente**, n 22, pp. 136-143, 4 dez. 2006.

DOURADO, Guilherme M. **Belle époque dos jardins: da França ao Brasil do século XIX e início do XX**. Tese de Doutorado – Escola de Engenharia de São Carlos, USP. São Carlos, 2008.

DÜMPELMANN, Sonja. "What's in a word: on the politics of language in landscape architecture". **Studies in the History of Garden & Designed Landscapes**, v 34, n 3, pp. 207-225, 2014.

EIGEN, Edward. "Claiming landscape as architecture". **Studies in the History of Garden & Designed Landscapes**, v 34, n 3, pp. 226-247, 2014.

FERREIRA, Alda de Azevedo. "Formação e prática em arquitetura paisagística no Brasil: desafios de uma profissão através do aporte de Haruyshi Ono". **Architecton**, v 2, n 3, pp. 32-40, 2012.

GALENDER, Fany C. "Produção em pesquisa do Grupo Disciplinas Paisagem e Ambiente (GDPA) / FAUUSP (1973-julho 2003)". **Paisagem Ambiente**, n 17, pp. 123-211, 30 jun. 2003.

ICOMOS. **Carta de Florença**. Florença: ICOMOS, 1981. (Tradução da Carta pelo IPHAN)

MACEDO, Silvio Soares. "O ensino de paisagismo na FAUUSP e a figura de Miranda Magnoli". **Paisagem Ambiente: ensaios**, n 21, pp. 143-54, 30 jun. 2006.

MAGNOLI, Miranda M. E. Martinelli. "Pesquisas em paisagem e ambiente". **Anais do VII ENEPEA**. Belo Horizonte, sem paginação, 2004.

PERECIN, Tatiana. **Azaléias e Mandacarús: Mina Klabin Warchavchik, paisagismo e modernismo no Brasil**. Dissertação de Mestrado – Escola de Engenharia de São Carlos, USP. São Carlos, 2003.

SANDEVILLE JR., Euler. "Entre rosas e cactos: Mina Warchavchik". **Paisagens em Debate**. São Paulo: revista eletrônica da área de Paisagem e Ambiente, FAUUSP, n 01, pp. 1-7, outubro 2003.

_____. "Por uma história, e por um projeto de diálogo sobre as histórias". **Anais do VII ENEPEA**. Belo Horizonte, sem paginação, 2004.

¹⁸ Ressalta-se que a consulta de bibliografia privilegiou aquela dedicada ao recorte temporal de minha pesquisa de mestrado (fim do século XIX e primeiras décadas do século XX) na Alemanha. Destaca-se como exceção a referência bibliográfica em Benevolo (2012) a Jellicoe (1995).

SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público**: jardins no Brasil 1779-1911. Tese de Doutorado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP. São Paulo, 1994.

SILVA, Aline de Figueirôa. **Entre a implantação e a aclimatação**: o cultivo de jardins públicos no Brasil nos séculos XIX e XX. Tese de Doutorado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP. São Paulo, 2016.

SILVA, Jonathas Magalhães P. da. “Transcrição da entrevista concedida por Miranda Magnoli e Esmeralda Martinelli Magnoli”. **Paisagem Ambiente: ensaios**, n 21, pp. 13-42, 30 jun. 2006.

STEINMEISTER, Anne. **Im Weltgarten zu Hamburg**: die internationalen Hamburger Gartenbauausstellung des 19. Jahrhunderts. Munique: AVM, 2014.

TAMARI, Gabriela Tie N. **Modernidade Paulistana**: o paisagismo de Roberto Coelho Cardozo. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP. São Paulo, 2017.

TERRA, Carlos G. **Os jardins no Brasil do século XIX**: Glaziou revisitado. Dissertação de Mestrado em História da Arte – Centro de Letras e Artes Escola de Belas Artes, UFRJ. Rio de Janeiro, 1993.

WALDHEIM, Charles. “Introduction: landscape as architecture”. **Studies in the History of Garden & Designed Landscapes**, v 34, n 3, pp. 187-191, 2014.

WOLSCHKE-BULMAHN, Joachim. Einblicke in die jüngere Geschichte der Gartendenkmalpflege in Deutschland – Eine Einführung. In: _____; KROSIGK, Klaus-Henning (org). **50 Jahre Arbeitskreis Historische Gärten in der DGGL**: Einblicke in die jüngere Geschichte der Gartendenkmalpflege in Deutschland. Munique: AVM, 2013. pp. 9-17.